

Arqueologia nas margens do rio Apuaê: um estudo de caso sobre a história pré-colonial do Alto Uruguai

Archeology in the banks of the Apuaê River: a case study about the pre-colonial history of Alto Uruguai

Fabricio José Nazzari Vicoski¹
Ânderson Marcelo Schmitt²

Resumo: A região do Alto Uruguai compreende respectivamente as divisas setentrional e meridional dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tendo como eixo o alto curso do rio Uruguai, cujos limites são balizados pelos seus afluentes de ambas as margens. O presente estudo volta-se para uma pequena parte dessa região, inserida nas margens do rio Apuaê, entre os municípios sul-rio-grandenses de Carlos Gomes e São João da Urtiga. Neste local foi localizado o sítio arqueológico AP.CG.1, cujos vestígios materiais remanescentes nos remetem a uma antiga aldeia Guarani, atestando, portanto, a ocupação remota da região, muito anterior à chegada dos colonizadores europeus. Através da análise interpretativa das informações resultantes das pesquisas arqueológicas realizadas nesse local, pretendemos realizar algumas inferências acerca da história pré-colonial do Alto Uruguai.

Palavras-chave: Alto Uruguai; Arqueologia; Rio Apuaê.

Abstract: The region of the High Uruguay comprises respectively the northern and southern boundaries of the of Rio Grande do Sul and Santa Catarina States, with the axis the upper course of the river Uruguay, whose boundaries are marked by its tributaries on both sides. This study turns to a small part of the region, set on the banks of Apuaê River between Rio Grande do Sul's municipalities of Carlos Gomes and São João da Urtiga. In this place it was located the archaeological site AP.CG.1 whose remaining material traces us back to an ancient village Guarani, attesting therefore the remote occupation of this region, before the arrival of European settlers. Through the interpretative analysis of information resulting from archaeological research carried out in this place, we plan to conduct some inferences about the pre-colonial history of the Alto Uruguai.

Keywords: Alto Uruguai; Archaeology; Apuaê River.

Introdução

A partir dos contatos iniciados no século XVI entre as populações indígenas e os europeus, deu-se início a um processo pelo qual o modo de vida tradicional das populações ameríndias foi progressivamente enfraquecido devido à presença dos colonizadores ibéricos.

¹ Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), bolsista CAPES/PDSE. E-mail: fabricioarqueologia@hotmail.com.

² Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista CNPq. E-mail: anderschm@gmail.com.

Segundo a pesquisadora Ítala Basile Becker, o processo de colonização iniciado pelos europeus, e as conseqüentes mudanças acarretadas às populações indígenas, teria se revigorado no século XIX com a chegada dos imigrantes alemães à província do Rio Grande do Sul (2006, p. 127). Ante a pressão exercida em virtude da fundação das colônias de povoamento, restou aos indígenas retirarem-se de suas áreas de ocupação tradicionais em busca de locais ainda não colonizados pelos europeus. Desta forma, o contato acabou trazendo sérias conseqüências aos grupos tradicionais, uma vez que de “uma situação de organização cultural singular, os mundos indígenas foram sendo destruídos, física e etnicamente, devido às guerras, à escravidão, às doenças e com as mudanças dos traços culturais originais” (LINO, 2015, p.103) e característicos¹.

Em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, os espanhóis e portugueses ocuparam em definitivo o território indígena². Proliferaram as estâncias de criação de gado com uma exploração econômica intensiva e extensiva, resultando no aumento da exportação de couros e carnes para o mercado interno e europeu. As cidades se fixavam e cresciam em número. Neste ínterim, a população indígena foi empurrada para o interior, passando a ocupar um espaço reduzido, onde sequer havia condições para a manutenção de uma “exploração preadora, possível apenas no gado das estâncias. Como não desenvolveram nenhum sistema econômico produtivo e não estavam dispostos a aceitar o modo de vida dos brancos, pouco lhes sobrou” (BECKER, 2006, p. 137). A mobilidade indígena - característica inerente à sua cultura - foi amplamente reduzida. Frente ao decréscimo populacional e ao avanço das frentes de colonização, os indígenas remanescentes passaram a ocupar uma pequena parte dos seus antigos territórios tradicionais.

A região do Alto Uruguai foi um dos refúgios provisórios encontrado por estas populações. Somente após o esgotamento das antigas colônias é que as matas do norte do Estado deram lugar aos núcleos populacionais das novas colônias de imigrantes no início do século XX. Quanto a este processo, nos informa Radin:

Algumas décadas após a chegada dos imigrantes, as colônias sulinas encontravam-se no limite de sua capacidade. Isso se dava em especial pelo seu crescimento demográfico, pelo esgotamento agrícola dos solos e pela inviabilidade da divisão dos lotes para a prática da agricultura. Considerando que a agricultura era a base econômica dessas regiões, essa situação favoreceu a saída de muitos migrantes das antigas colônias do Rio Grande do Sul para novas fronteiras agrícolas do norte gaúcho, do oeste catarinense e do sudoeste paranaense (RADIN, 2015, p. 157).

Anteriormente a este processo, em meados do século XIX, as autoridades criaram os Toldos Indígenas³ a fim de evitar os conflitos entre indígenas e imigrantes europeus. Tratava-

se de áreas demarcadas pelo governo, ainda não destinadas à colonização europeia, para onde as populações nativas eram encaminhadas e alojadas para, de acordo com o planejamento governamental, tornarem-se agricultores nos moldes então implantados, ajustando-se aos padrões da colonização e agregando-se assim à sociedade então em processo formativo. As áreas destinadas aos povos indígenas eram reduzidas e, na medida em que o processo de colonização intensificava-se, seu território foi sendo progressivamente diminuído. Estas áreas foram também locais de resistência dos caingangues, que “constituíam dezenas de aldeias (ou Toldos) em todo o Alto Uruguai” (D’ANGELIS; FÓKÂE, 1994, p 21). Para Kujawa e Tedesco (2014, p. 70-72), a criação dos toldos tinha por objetivo reconfigurar o território a fim de possibilitar a consolidação do processo de colonização pelos imigrantes europeus, resultando na ocupação das regiões florestais através de pequenas propriedades privadas e na comercialização das terras consideradas devolutas pelo Estado.

No início do século XX ocorreu a implantação da estrada de ferro que ligava os atuais Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, perpassando a região do Alto Uruguai. De forma concomitante ocorreu o processo de demarcação de terras destinadas à colonização. Em 1908 foi fundada a Colônia Erechim. Até então a região era predominantemente ocupada por posseiros de origem lusa que vinham para o Rio Grande do Sul em busca de gado para a comercialização em São Paulo, por fugitivos das revoluções Farroupilha (1835/1845) e Federalista (1893), por caboclos semi-nômades que viviam da exploração da erva-mate nativa e por índios Kaingang (BALDISSERA & CIMA, 2008, p. 29). Apesar da demarcação de terras indígenas mesmo após a fundação da Colônia Erechim, a oficialização da colonização representou, no Alto Uruguai, o encerramento definitivo do modo de vida tradicional das sociedades indígenas. Com o passar dos anos os imigrantes europeus instalaram-se na região, dedicando-se predominantemente à agricultura. As propriedades eram organizadas em forma de minifúndios, as quais mantêm suas características até os dias atuais. As áreas indígenas compulsoriamente cederam espaço à colonização, e o governo do Estado, ignorando seu próprio decreto que tratava do “Regulamento das Terras Públicas e seu Povoamento”⁴, no qual garantia aos indígenas a posse das terras que ocupavam, procedeu de forma ilegal, loteando terras indígenas e as vendendo aos agricultores. Iniciou-se um processo que possui reflexos até os dias atuais, onde os indígenas têm se mobilizado a fim de retomar parte de seu território original. Os agricultores, por sua vez, afirmam ter o direito de posse sobre as terras pelas quais pagaram e possuem escritura, exigindo a permanência ou então a indenização pelas áreas⁵ (TEDESCO, 2014). Esse processo de expropriação das terras

indígenas promovido pelas autoridades governamentais avançou de forma inconsequente até a década de 1960.

Trata-se enfim, de uma situação onde os maiores prejudicados, indígenas e agricultores, foram vitimados pela ilegalidade das ações perpetradas pelo governo. Atualmente, há reservas indígenas homologadas em municípios adjacentes a Carlos Gomes e São João da Urtiga, regiões que integram a bacia hidrográfica dos rios Apuaê-Inhandava. É relativamente comum observar a circulação de indígenas nos municípios do Alto Uruguai, dedicando-se à produção e comercialização de artigos de cestaria, denotando a continuidade de sua relação histórica com a região.

Os municípios de Carlos Gomes e São João da Urtiga, foco de nossa atenção, compartilham o modelo de colonização europeia implantado no Estado a partir do século XIX, inserindo-se especificamente no contexto imigratório regional ocorrido desde o início do século XX em virtude da fundação da Colônia Erechim na região do Alto Uruguai.

A historiografia regional tendeu durante muito tempo a excluir as populações nativas do processo de construção da historicidade local, priorizando assim o elemento europeu. Nas palavras de Paulo Zarth:

Os textos tradicionais sobre a história dos municípios originados do processo de colonização produziram a ideia de que tudo começou com a fundação das colônias, numa espécie de mito fundador. As histórias locais, geralmente, se dividem entre antes e depois da colonização. Ainda que os povos indígenas e caboclos sejam mencionados, a fundação das colônias sempre aparece como ponto de inflexão na história e associada à ideologia do progresso e do pioneirismo (ZARTH, 2015, p. 14).

Buscamos demonstrar, a partir de uma análise de caso ligado à cultura material, que a região em questão carrega uma significação muito maior do que a historiografia tradicional pode erroneamente deixar transparecer, especialmente no tocante à ancestralidade da ocupação Guarani.

As fontes históricas e documentais evidenciam uma forte identificação do Alto Uruguai com os Jê meridionais, especialmente nos séculos XIX e XX. Todavia, os dados arqueológicos nos permitem no mínimo problematizar essa percepção. A despeito da presença Jê, os vales do rio Uruguai e seus afluentes atuaram como rota de expansão e migração Guarani. Em determinados períodos da história pré-colonial, os diferentes grupos buscaram estratégias de disputa e compartilhamento territorial. Nosso recorte regional insere-se entre os afluentes da margem esquerda do rio Uruguai e a cabeceira do rio Jacuí, situada no Planalto Médio. Essa região se apresentava como uma rota de deslocamento e expansão territorial. As situações de

contato interétnico encontram-se materializadas na cultura material de determinados sítios arqueológicos.

Em sua publicação sobre a arqueologia do oeste catarinense, os arqueólogos Pedro Ignacio Schmitz e Mirian Carbonera (2011) reúnem uma série de artigos que evidenciam uma grande densidade de sítios arqueológicos Guarani no Alto Uruguai. As principais pesquisas estão centradas em seu curso principal, todavia, também é notória a presença de sítios ao longo dos seus afluentes, extrapolando o ambiente natural das extensas várzeas.

A “invisibilidade histórica” das populações Guarani no Alto Uruguai nos séculos XIX e XX é explicada, em parte, pelo êxodo ocorrido no século XVII em decorrência das incursões bandeirantes para a captura dos indígenas aldeados nas reduções jesuíticas, e sua posterior comercialização como mão-de-obra escrava. Apesar desse episódio, pequenos grupos Guarani permaneceram na região. Todavia, nos séculos subsequentes as populações Jê consolidaram a sua supremacia territorial mantida até a chegada das frentes de colonização. No entanto, a presença Guarani permanece marcante no contexto arqueológico.

A região do Alto Uruguai e o rio Apuaê

A concepção de que a história do Alto Uruguai iniciou-se com chegada do elemento europeu - por vezes perpetuada em livros e históricos municipais - é notoriamente errônea. A cultura material demonstra a ocupação ancestral dessa região pelas populações indígenas.

Antes, porém, torna-se pertinente explicitarmos o que entendemos por “região”, visto que trata-se de um conceito norteador neste trabalho. De acordo com a concepção de Vera Silva, “para se delimitar uma região, não se deve levar em conta só os aspectos jurídicos-administrativos, nem somente aspectos exclusivamente econômicos, mas, os de ordem social e, sobretudo, política” (apud VISCARDI, s/d, p. 87). Se esta definição de região pode, em uma primeira análise, ser usada para definir este conceito nos tempos atuais, não parece servir para os nossos interesses. Isto porque as definições atuais, que tendem a ser jurídico-administrativas e políticas, inexistiam nos períodos pré-coloniais e não são suficientes para conceituar a região que temos em mente. As fronteiras municipais, estaduais ou entre países não teriam sentido algum para os habitantes remotos deste local, que procuravam estabelecer suas áreas de domínio guiando-se geralmente por limites físicos naturais, como rios, serras, vales, vegetação, além de fatores como disponibilidade de alimentos, matéria-prima para confecção de utensílios, clima, entre outros fatores. Dessa forma, as afirmações de Barros são relevantes neste sentido:

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2004, p. 152).

Desta forma, reconhecendo-se uma especificidade regional que é entrelaçada por recortes variados, inclusive culturais, podemos nos aproximar de uma definição menos arbitrária do conceito de região para o estudo das sociedades tradicionais do Alto Uruguai.

Figura 1 - Região hidrográfica do rio Uruguai.



Fonte: adaptado de (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2005, p. 3).

Nos primórdios da ocupação humana no atual norte do Rio Grande do Sul, o Alto Uruguai conheceu uma gama de sujeitos históricos ativos, cada um a seu modo. Com o intuito de buscar subsídios à análise da cultura material da região, realizamos uma pesquisa ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Com isso, verificou-se a inexistência de registros para os municípios de Carlos Gomes e São João da Urtiga. Já para os municípios limítrofes, observou-se a presença de 56 registros: 3 para o município de Paim Filho; 9 para Viadutos; e 44 para Maximiliano de Almeida.⁶

No tocante à bacia hidrográfica do rio Apuaê - afluente do rio Uruguai - esta foi alvo de pesquisas arqueológicas no âmbito do Projeto Arqueológico Uruguai, voltado às áreas a serem atingidas pela construção de barragens hidrelétricas. No entanto, as pesquisas se concentraram

principalmente no baixo curso deste rio, onde o impacto das hidrelétricas seria maior. Logo, as nascentes deste rio ainda não foram completamente mapeadas (SOARES, 1999, p.1). Após alterações nos projetos de aproveitamento energético do rio Uruguai, o rio Apuaê não foi utilizado para formação dos reservatórios, cessando-se também as pesquisas arqueológicas ao longo de seu curso.

Portanto, a ausência de registros nos municípios em questão não significa a inexistência de sítios arqueológicos nestas áreas, mas sim a insuficiência de pesquisas. Todavia, os sítios já cadastrados evidenciam o alto potencial arqueológico da região. Neste sentido, a legislação federal propõe medidas que venham a salvaguardar o patrimônio material quando da realização de obras de engenharia que eventualmente tragam impactos aos sítios arqueológicos. Desta forma, constata-se que a “arqueologia de contrato”, não obstante suas limitações⁷, traz também experiências positivas, permitindo a pesquisa e difusão do conhecimento arqueológico no Brasil (VICROSKI, 2011, p. 22).

Arqueologia e Cultural Material: O caso do sítio arqueológico AP.CG.1

Uma vez esclarecidos os pressupostos que nortearam o presente estudo, apresentamos nossas constatações a partir de um caso específico. Este esforço interpretativo nos permite realizar certos apontamentos e apreciações com o intuito de contribuir para a dilatação do conhecimento acerca do povoamento da região.

O sítio arqueológico tomado como estudo de caso foi identificado a partir dos trabalhos relacionados ao licenciamento ambiental da construção da ponte sobre o rio Apuaê na RS-485⁸, que liga os municípios de Carlos Gomes e São João da Urtiga, no norte do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido registrado sobre a sigla AP.CG.1⁹.

Após uma primeira etapa de prospecção¹⁰, foi realizado o resgate do material que compunha parte do sítio. Entre os principais procedimentos metodológicos de campo adotados nesta etapa, podemos citar: limpeza superficial da área escavada; coleta superficial visando o resgate de material arqueológico e análise da dispersão e núcleos de concentração de artefatos, permitindo a definição de áreas centrais do sítio; realização de sondagens visando precisar a dispersão dos vestígios no subsolo; e peneiramento dos sedimentos escavados, possibilitando a identificação de pequenas partículas de material arqueológico.

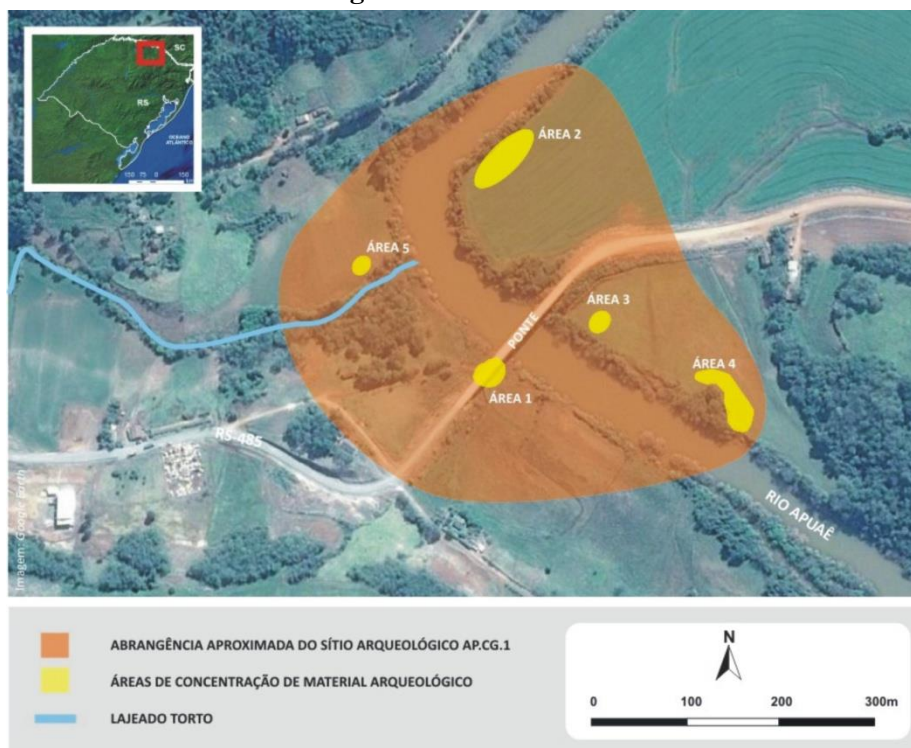
Mesmo diante das limitações impostas ao trabalho de campo - como cronograma exíguo, paralisações constantes, resistência de alguns moradores locais, inundações do sítio arqueológico devido a enchentes e, principalmente, a sua destruição parcial devido à execução

das obras em etapa anterior à pesquisa - foi possível estabelecer uma metodologia compatível com o contexto observado, resultando assim na coleta de acervo e na produção de conhecimento. Obviamente o contexto descrito não permitiu a exploração da totalidade do potencial informativo do sítio, o que somente poderia ser obtido através da escavação de superfícies amplas. Portanto, entendemos que

[...] somente a exploração da totalidade dos elementos observados em um sítio permitirá obter o máximo de informações possíveis sobre ele. Apesar de este ser indubitavelmente o melhor procedimento de pesquisa do ponto de vista da obtenção de informações acerca do sítio, tal condição nem sempre é possível, pois os atuais métodos de pesquisa demandam tempo [...] Neste contexto, é preciso estabelecer qual o melhor método de pesquisa a ser empregado¹¹ [...] (LAWECZKA, 2003, p. 99).

O Sítio AP.CG.1 demonstrou ser formado por cinco áreas de concentração de material arqueológico. Não obstante a multiplicidade deste material, podemos integrar as diferentes áreas encontradas em um único contexto arqueológico, formando, assim, o sítio em questão.

Figura 2 - Sítio AP.CG.1



Fonte: Imagem editada pelos autores, a partir do Google Earth Pro.

Os vestígios arqueológicos localizados na área 1 encontravam-se dispersos em superfície sob a estrutura da ponte, próximos às colunas de sustentação e locais adjacentes ao aterro da cabeceira da margem esquerda, no município de Carlos Gomes, a cerca de 22 metros da margem do rio. Os vestígios caracterizam-se por fragmentos de recipientes cerâmicos

identificados com a indústria oleira dos horticultores Guarani, além de algumas lascas de quartzo, basalto e arenito. Esta área encontra-se completamente impactada em decorrência das obras de implantação da ponte, reduzindo drasticamente a probabilidade de identificação de estratos arqueológicos intactos. Nas extremidades contíguas ao aterro da cabeceira da ponte foram escavados dois canais para escoamento d'água, atingindo pouco mais de 1 metro de profundidade e 0,80cm de largura. Parte dos vestígios foi localizada sobre o sedimento resultante da escavação destas valas, sugerindo que tenham sido removidos dos estratos inferiores, evidenciados e impactados em virtude das obras de drenagem.

A área 2 está situada na margem direita do rio, no município de São João da Urtiga, a 150 metros da cabeceira da ponte. Os vestígios estavam dispersos em área de lavoura, a cerca de 8 metros do rio, de frente a uma corredeira. Em períodos de estiagem forma-se uma pequena praia de seixos na margem do rio. Neste local foram encontradas lascas de pedra e fragmentos de recipientes cerâmicos associados à indústria oleira dos horticultores Guarani. No perfil de solo exposto no barranco do rio foi constatada a presença de um fragmento cerâmico a 37cm de profundidade. As sondagens evidenciaram a presença de carvão com solo acinzentado entre 126 cm e 140 cm de profundidade, possivelmente associado à um contexto arqueológico. Tal conjunto sugere um considerável potencial arqueológico da área, sobretudo nos estratos inferiores. Possivelmente trata-se da área do Sítio AP.CG.1 que mantém o melhor estado de conservação.

A área 3 está situada na margem direita do rio, no município de São João da Urtiga, a 35 metros a sudeste da cabeceira da ponte. Os vestígios estavam dispersos em área de lavoura, a cerca de 8 metros do rio. Neste local foram encontradas lascas de pedra e um percutor expostos em superfície em área de lavoura. O local apresentou uma baixa densidade de vestígios, eventualmente podem ter sido deslocados a partir da área 4 devido ao plantio mecanizado.

A área 4 está situada na margem direita do rio, no município de São João da Urtiga, a cerca de 180 metros a sudeste da cabeceira da ponte. Os vestígios estavam dispersos em área de lavoura, entre 17 metros e 30 metros do rio, em local próximo a uma praia de seixos. Neste local foram encontrados núcleos de debitage, resíduos de lascamento e fragmentos de recipientes cerâmicos associados à indústria oleira dos horticultores Guarani. Observa-se um deslizamento de solo junto ao barranco contíguo a praia de seixos, evidenciando inclusive vestígios arqueológicos. Tal contexto sugere que parte do sedimento arqueológico tenha se projetado em direção ao rio Apuaê durante as enchentes.

Por sua vez, os vestígios arqueológicos localizados na área 5 estavam dispersos em superfície ao longo de uma área de lavoura, nas proximidades da foz do Lajeado Torto, do qual

distancia 18 metros. O local situa-se a 40 metros do Rio Apuaê. Nesta área foi localizada uma pequena quantidade de vestígios lito-cerâmicos.

De forma geral, a pesquisa arqueológica desenvolvida no Sítio AP.CG.1 resultou na composição de um acervo com 93 peças, das quais 43 formam o acervo lítico e 50 são representadas por fragmentos de recipientes cerâmicos.

A área 2 apresentou a maior quantidade de fragmentos cerâmicos, seguida pela área 1 e área 5, cuja quantidade superou a de vestígios líticos. Ao passo que nas áreas 3 e 4 observou-se a situação contrária. Assim, aponta-se uma eventual divisão organizacional dentro da área do sítio, como áreas predominantemente residenciais, locais de obtenção de matéria-prima e manufatura de artefatos líticos, etc. Convém salientar que as áreas 2, 3 e 4, juntas, concentraram a maior parte dos vestígios líticos (32 peças de um total de 43), sendo que tais locais situam-se nas proximidades de praias de seixos.

No tocante as 43 ocorrências de material lítico com indícios de ação antrópica, a matéria-prima foi classificada da seguinte forma: 18 peças de arenito silicificado, 3 de basalto, 10 de quartzo e 12 de calcedônia. Estes dados indicam uma predileção pelas rochas criptocristalinas (ou seja, calcedônia e quartzo), que somam 22 peças, seguidas pelo arenito silicificado e, em menor escala, pelo basalto.

Figura 3 - Peças do acervo lítico do Sítio AP.CG.1 (Percutor (acima), núcleo (esquerda) e lasca)

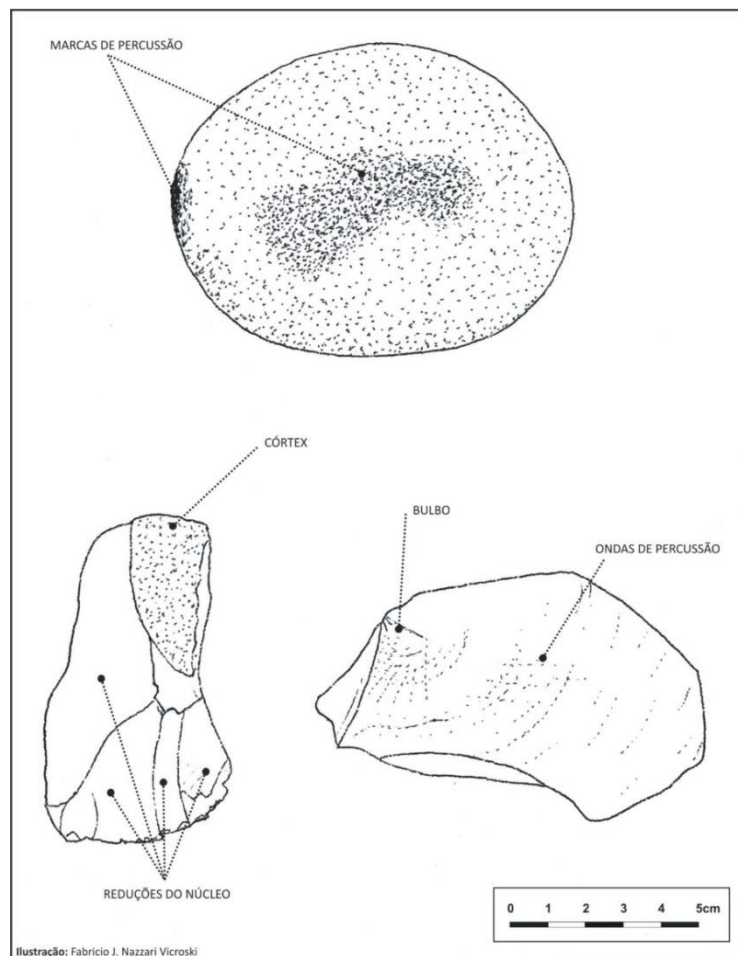


Ilustração: Fabricio J. Nazari Vicroski

Fonte: Ilustração de Fabricio J. N. Vicroski

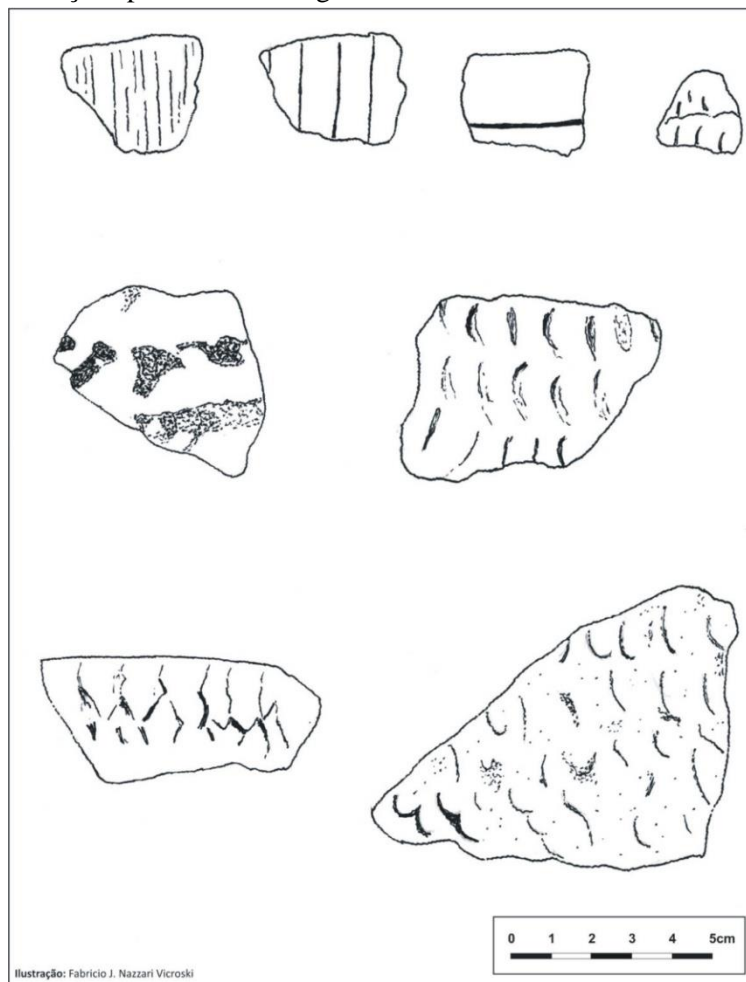
Mesmo tendo em mente que “quanto maior o número da amostra, mais fácil será representar o comportamento do grupo” (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p. 9), o acervo não é desprovido de informações. É possível realizar inferências básicas acerca das características tecnopológicas dos artefatos a fim de permitir uma análise interpretativa das ocorrências. Assim, a interpretação do estilo tecnológico constitui uma ferramenta para a compreensão dos conjuntos tecnológicos de grupos culturais distintos (DIAS, 2008).

Neste sentido, deve-se atentar para o fato de que o grau de fragmentação das rochas criptocristalinas durante o processo de debitagem é superior às demais rochas, resultando na produção de uma quantidade maior de detritos de lascamento. Mais da metade do acervo apresenta vestígios de córtex. Somente uma peça foi interpretada como artefato/instrumento: trata-se de um seixo rolado empregado como percutor, cujas marcas derivadas da ação antrópica também apontam sua utilização como bigorna empregada como suporte para as atividades de lascamento bipolar.

No tocante ao acervo cerâmico, foram coletadas 50 fragmentos relacionados à indústria oleira Guarani. As peças apresentavam-se bastante fragmentadas, possuindo a maior delas as

dimensões de 10,1cm (comprimento) x 7,4cm (largura) x 1cm (espessura). Dentre os 50 fragmentos, 1 era relativo ao fundo da cerâmica, 3 peças eram bordas e 46 foram identificadas como corpo.

Figura 4 - Decorações plásticas dos fragmentos cerâmicos identificados no Sítio AP.CG.1



Fonte: Ilustração de Fabricio J. N. Vicroski

Com relação ao tratamento plástico, todos os fragmentos possuíam superfície interna alisada, ao passo que 18 superfícies externas eram também alisadas; 20 superfícies internas eram pintadas, sendo que nenhuma superfície externa recebeu pintura; 25 superfícies externas eram decoradas, mas nenhuma interna; 7 superfícies externas e 5 internas não puderam ser determinadas.

O tratamento plástico e a decoração plástica, bem como as demais características do acervo e do sítio, nos permitem relacioná-lo com a indústria oleira dos horticultores-ceramistas Guarani, falantes do tronco linguístico Tupi-Guarani, que migraram a partir da Amazônia, chegando a esta região entre 1500 e 2000 anos atrás, provavelmente através de migrações ao longo da bacia do rio Uruguai.

Quanto à decoração plástica, foram identificados o corrugado, digitado, inciso e escovado¹². É importante elucidar que trata-se de uma classificação genérica, pois as dimensões reduzidas dos fragmentos impediram a identificação de eventuais variações decorativas. A grande maioria dos vestígios encontra-se erodida devido à exposição às intempéries, contribuindo para a fragilidade das amostras. Em geral os fragmentos sugerem uma boa queima dos recipientes. Com relação ao antiplástico, a unidade de maior espessura identificada apresentou 3mm.

Os motivos geralmente são formas geométricas, comumente pintados em vermelho ou preto sob um fundo branco. Para a elaboração das tintas recorria-se à matéria-prima de origem vegetal e mineral. Para o vermelho, por exemplo, utilizava-se o urucum, a casca do fruto conhecido como murici fornecia a tinta preta, enquanto que uma argila fina e branca era empregada como base. Quanto à decoração da cerâmica, em especial no que diz respeito à sua pintura, sabe-se que ela

[...] não é uma simples manifestação de vontades, mas algo que está ligado ao processo de origem do grupo. Os motivos seriam representações de entidades, animais ou vegetais, que estariam ali simbolizadas. Sua alternância entre borda e bojo estaria ligada ao fim a que se destinaria ou a quem iria utilizar (LA SALVIA & BROCHADO, 1989, p. 95).

Neste sentido, concordamos com Kelly Oliveira, quando analisa acervo Tupiguarani proveniente de Itapiranga, no Estado de Santa Catarina. Para a autora, as diferenciações entre os motivos encontrados nas cerâmicas Tupiguarani podem indicar a existência de “parcialidades étnicas” dentro de um mesmo grupo. Desta forma, apesar de poderem ser apontados como grupos semelhantes, ocorrem diferenças na cultura material de um mesmo grupo, causado, inclusive, por afastamento regional. Podemos afirmar, assim, que a partir da análise de manifestações artísticas, pode-se apontar e analisar diferentes “regionalismos culturais” (OLIVEIRA, 2008). As diferenças entre as peças pode demonstrar, portanto, a forma como cada grupo em particular se relacionava com a natureza que o cercava, demonstrando crenças e uma mitologia específica, representada na iconografia.

Considerações finais

O cenário de ampla revisão e atualização teórico-metodológica e conceitual ocorrido ao longo do século XX expandiu as possibilidades interpretativas do registro arqueológico, resultando na ampliação do conhecimento dos processos históricos de longa duração, evidenciando cada vez mais a imprescindível necessidade de interdisciplinaridade no exercício

prático da pesquisa arqueológica, permitindo buscar amparo em tendências historiográficas atuais como a História da Cultura Material, fomentada tanto pela ciência histórica como arqueológica, além de procedimentos metodológicos e interpretativos da Antropologia, Sociologia, Geografia, Geologia, Biologia, entre outros.

Podemos, neste sentido, utilizar os objetos produzidos pelos antigos habitantes da região do Alto Uruguai como imprescindíveis resquícios de análise na busca da construção do conhecimento histórico sobre estas populações. Os estudos realizados no âmbito do Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai forneceram as datas mais antigas até então conhecidas para a ocupação da região. As datações obtidas com o método de radiocarbono apontaram a presença humana nos vales do rio Uruguai há aproximadamente 10.650 anos (GOULART, 1997), demonstrando a complexidade intrínseca ao processo de construção do conhecimento científico, uma vez que diversos povos viveram em uma mesma região e em um período de tempo extremamente dilatado. Isso se torna ainda mais significativo se atentarmos ao fato de que apenas em meados do século XIX, ou mesmo início do XX, a região passou a ser procurada de forma mais expressiva por colonos europeus (RADIN, 2015).

Desta forma, para definirmos uma região, precisamos entender que esta não se trata apenas de um espaço determinadamente geográfico. A região pode também ser interpretada como “um espaço vivido”. Reckziegel, considerando as ideias de Armand Frémont, indica que este “concebe região como um ‘espaço vivido que compreende elementos administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos’”. Para muito além de definições simplórias, “reconhece-se a existência de um espaço social, de um espaço vivido em nível regional, portador de cargas mais obscuras em que se misturam as escórias do afetivo, do mágico, do imaginário” (1999, p. 18), em uma miscelânea de identificações que perpassam a própria existência de uma fronteira étnica.¹³

Para Bourdieu, a procura por “critérios objetivos de identidade regional” deve tomar o cuidado de não “fazer esquecer que, na prática social, estes critérios (...) são objeto de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses” e seus pressupostos; e de “representações objetivas, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (2001, p. 112). De forma geral, o que o autor afirma é que “está em jogo o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõe ao conjunto do grupo”, tendem a

realizar “o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo” (2001, p. 113).

Possuindo clareza sobre estes critérios de definição regional, e tendo em vista que o acervo à disposição do pesquisador deve ter como ponto inicial a preocupação do que se deve buscar e das informações que se deseja alcançar (LA SALVIA & BROCHADO, 1989), acreditamos que o material coletado no Sítio AP.CG.1 cumpriu o seu papel, pois um dos principais objetivos da pesquisa foi confirmar a existência do sítio arqueológico junto à ponte e seu entorno, permitindo ainda realizar inferências acerca dos antigos habitantes, bem como dos processos de povoamento ocorridos na região deste o período pré-colonial.

Acreditamos que a interpretação das distintas áreas de ocorrência de material arqueológico associadas ao sítio AP.CG.1 deve ocorrer de forma articulada, onde cada área é tratada como parte de um conjunto. Esta perspectiva permite a avaliação integrada dos vestígios congregando as informações e evitando a eventual mutilação dos dados com a avaliação da área pautada pela sua divisão em diferentes sítios.

Com base nos dados produzidos e no conhecimento arqueológico referente aos padrões de assentamento das populações pré-coloniais de horticultores Guarani, e ainda apoiados nos pressupostos da arqueologia contextual ou pós-processual, acreditamos que seja coerente interpretar as ocorrências registradas nas proximidades da ponte sobre o rio Apuaê e Lajeado Torto como partes integrantes de um único assentamento Guarani, seja ele com ocupações contínuas ou sucessivas. O “enfoque contextual baseia-se na convicção de que os pesquisadores precisam examinar todos os aspectos possíveis de uma determinada cultura arqueológica a fim de compreender o significado de cada uma das suas partes” (TRIGGER, 2004, p. 340). Neste contexto, as Áreas 1, 2, 3, 4 e 5, são interpretadas como partes integrantes de um único sítio arqueológico, possivelmente representado por uma antiga aldeia Guarani com distintos locais de interação, como moradias, áreas de caça e pesca, pontos de obtenção de matéria-prima para a confecção de artefatos líticos e cerâmicos, local de sepultamento, rituais, etc.

A evolução do conhecimento arqueológico, bem como a eventual realização de pesquisas futuras nesta região, poderão trazer novos dados que auxiliarão na interpretação dos vestígios e o contexto a eles relacionado.

Por fim, a investigação acerca do contexto arqueológico remanescente de uma grande aldeia Guarani na bacia do rio Apuaê, também corrobora para a problematização das interpretações arqueológicas e historiográficas que defendem a predominância absoluta das populações Jê meridionais nesta região do Alto Uruguai. Trata-se, portanto, de uma

possibilidade de abordagem futura a ser desenvolvida mediante o aprofundamento das pesquisas.

Da mesma forma, os resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas margens do rio Apuaê, também podem ser integrados às discussões acerca das disputas fundiárias entre indígenas e agricultores no Alto Uruguai, auxiliando assim na composição de um panorama geral acerca do povoamento da região.

Referências

- BALDISSERA, Marli de Almeida; CIMA, Sônia Mári. *De campo pequeno ao grande Erechim*. Erechim: EdiFapes, 2008.
- BAHN, Paul; RENFREW, Colin. *Arqueologia: Teorias, Metodos y Practica*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 25-67.
- BECKER, Ítala Irene Basile. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: SCHMITZ, Pedro Ignacio (Org.). *Pré-História do Rio Grande do Sul*. Documento 05. 2ª Ed. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 2006.
- BRINGMANN, Sandor Fernando. Fronteiras da inclusão e da exclusão: reflexos do contato entre os kaingangues e as frentes de expansão (séc. XIX). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Orgs.). *Povos indígenas* (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). Vol. 5. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 109-120.
- BROCHADO, Jose Proença; MONTICELLI, Gislene. Regras Práticas na Reconstrução Gráfica das Vasilhas de Cerâmica Guarani a partir dos Fragmentos. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XX, n.2, dezembro de 1994.
- CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignacio (Orgs.). *Antes do Oeste Catarinense: Arqueologia dos povos indígenas*. Chapecó: Argos, 2011.
- CARBONERA, Mirian. *A ocupação pré-colonial do alto rio Uruguai, SC: contatos culturais na Volta do Uvá*. 2014. 322 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - USP, São Paulo, SP, 2014.
- D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; FÓKÂE, Vicente Fernandes. Toldo Imbú: O cacique Condá, os Kaingang do Xapécó e as terras do Imbú. *Série Documento/CEOM*. Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1994.
- DIAS, Adriana Schmidt. Estilo Tecnológico e as Indústrias Líticas do Alto Vale do Rio dos Sinos: Variabilidade Artefactual entre Sistemas de Assentamentos Pré-Coloniais no Sul do Brasil. *Cadernos do LEPAARQ*. Editora da UFPEL: Pelotas, 2008.
- GARCEZ, Neusa Cidade. *Colonização e Imigração em Erechim: a saga das famílias polonesas (1900-1950)*. Erechim: Edelbra, 1997.

- GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- GOULART, Marilandi. *Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai*. Barragem Itá. UNIVALI/ELETROSUL. Florianópolis, 1997.
- IAROCHINSKI, Ulisses. *Saga dos Polacos: A Polônia e seus descendentes no Brasil*. Curitiba: U. Iarochinski, 2000.
- KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- KERN, Arno Alvarez (Org). *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- KOKUSZKA, Pedro Martim. Lajeado Israel. *Revista do Cekaw*. Ano IV, nº 9. Porto Alegre: CEKAW, 2010.
- KUJAWA, Henrique; TEDESCO, João Carlos. *Demarcação de terras indígenas no norte do Rio Grande do Sul e os atuais conflitos territoriais: Uma trajetória histórica de tensões sociais*. Marechal Cândido Rondon: Revista Tempos Históricos, Volume 18, 2014.
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José P. *Cerâmica Guarani*. 2.ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.
- ŁAWECKA, Dorota. *Wstęp do Archeologii*. Warszawa - Kraków: Wydawnictwo Naukowe, 2003.
- LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: UFFS, 2015, p. 92-108.
- OLIVEIRA, Kelly de. *Estudando a cerâmica pintada da tradição Tupiguarani: a coleção Itapiranga*, Santa Catarina. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2008.
- RADIN, José Carlos. Um olhar sobre a colonização na fronteira sul. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: UFFS, 2015, p. 146-166.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. *Tradição Ceramista Tupiguarani no Sul do Brasil*. Os ceramistas Tupiguarani: eixos temáticos / André Prous e Tânia Andrade Lima. – Belo Horizonte: Superintendência do Iphan em Minas Gerais, Volume I, 2010.
- SOARES, André Ramos. *Relatório de Vistoria Arqueológica – Trecho Carlos Gomes – RS/126*. Relatório Técnico de Vistoria Ambiental. Porto Alegre: ABG, 2009.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- STEFANELLO, Liriana Zanon. *História, Memória e Patrimônio: fundamentos e sensibilizações da Comunidade de Nova Palma (Centro de Pesquisas Genealógicas e Museu Histórico)*. 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - PGPC-UFSM, Santa Maria, RS, 2010.
- TEDESCO, João Carlos. Conflitos agrários no norte gaúcho: indígenas, negros e agricultores. *Anais do XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS*, São Leopoldo, p. 1-17, 2014. Disponível em http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405120940_ARQUIVO_artigoANPUH2014.pdf.
- TRIGGER, Bruce. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odyseus, 2004.

VICROSKI, Fabricio J. Nazzari. *O Alto Jacuí na Pré-História: subsídios para uma arqueologia das fronteiras*. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH, UPF, Passo Fundo, RS, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de História, Juiz de Fora*, v. 3, n. 1, p. 84-97, s/d.

ZARTH, Paulo A. Fronteira Sul: história e historiografia. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra&Vida; Chapecó: UFFS, 2015, p. 9-24.

¹ Podemos ainda trazer o conceito de “fricção interétnica”, representativo de “um ponto de atrito entre etnias diferentes, culturas diferentes, ocasionando a apropriação de práticas, conflitos, conexões negativas ou positivas e até mesmo a ocorrência de conflitos identitários”. Dessa forma, compreendemos a fricção interétnica como uma fronteira permeável, na acepção de que há uma interdependência entre os sujeitos dos diferentes grupos em contato (BRINGMANN, 2009, p. 112).

² Um dos episódios mais emblemáticos desta relação de forças foi a denominada Guerra Guaranítica, ocorrida entre os anos de 1753 e 1756. Em decorrência deste conflito armado, os indígenas missioneiros foram expulsos de suas reduções a leste do rio Uruguai, para dar cumprimento a acordos diplomáticos e geopolíticos firmados entre as coroas ibéricas. Para uma análise detalhada ver (GOLIN, 2014).

³ Em relação aos Toldos, ver a obra de Wilmar D’Angelis e Vicente Fókê, *Toldo Imbú: o cacique Condá, os Kaingang do Xapecó e as terras do Imbú* (1994).

⁴ Refere-se ao Decreto n. 3.004 de 10/08/1922.

⁵ João Carlos Tedesco identifica que tanto indígenas quanto colonos percebem a omissão do Governo Federal como um dos agravantes das disputas por terra (2014, p. 15).

⁶ Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA/IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>.

⁷ Entre as dificuldades encontradas, apontam-se a adequação a cronogramas incompatíveis, a restrição do espaço pesquisado, que se limita à área de influência do empreendimento, resultando em interpretações parciais dos vestígios (VICROSKI, 2011, p. 22).

⁸ Programa de Arqueologia Preventiva e Educação Patrimonial na área de influência da ponte sobre o rio Apuaê. Coordenado pelos arqueólogos Fabricio J. N. Vicroski e Vera Lucia Trommer Thaddeu. Processo IPHAN nº 01512.000906/2010-5. Autorizado através da Portaria IPHAN nº 30, de 16 de setembro de 2011.

⁹ A sigla faz referência à bacia hidrográfica e ao município de localização do sítio (AP = Apuaê; CG = Carlos Gomes).

¹⁰ Segundo Colin Renfrew e Paul Bahn (1998), para a realização de uma prospecção arqueológica, e necessário inicialmente delimitar a região de estudos para então recolher os dados segundo a escala correspondente, obtendo o máximo de informação de acordo com o tempo e recursos disponíveis. Deve-se, então, examinar os processos de ocupação humana da região, conhecer as características geomorfológicas e antrópicas que eventualmente tenham alterado o registro arqueológico, além de outros fatores naturais (1998).

¹¹ Tradução livre. Em original, no polonês: [...] *tylko całościowe przebadanie całości gwarantuje uzyskanie maksimum danych na jego temat. Chociaż takie podejście do badań wykopaliskowych jest niewątpliwie najlepsze z punktu widzenia rozpoznania stanowiska, warunek ten nie zawsze jest możliwy do spełnienia w dającej się przewidzieć przyszłości, bowiem przy obecnie obowiązujących założeniach metodycznych badania są powolne i długotrwałe. [...] w tej sytuacji od decyzji prowadzącego prace należy, jaką strategię badań przyjmie [...]*.

¹² Sobre os diferentes tipos de decoração plástica, ver o trabalho de Pedro A. Ribeiro: *Tradição Ceramista Tupiguarani no Sul do Brasil* (2010).

¹³ Utilizamos aqui o conceito de “fronteira étnica” como o trazido por Fredrik Barth (2000).